

## **O IMPACTO DO SURGIMENTO DO CAPITALISMO NA VIDA RELIGIOSA**

Agemir de Carvalho DIAS

A sociologia da religião como especialidade da sociologia surgiu a partir da discussão do papel da religião dentro da sociedade capitalista. O processo que levou ao surgimento do capitalismo produziu uma nova teorização da sociedade. Com o advento do capitalismo houve uma verdadeira mudança na forma do homem produzir. A chamada Revolução Industrial trouxe uma inimaginável riqueza e também o fenômeno de uma classe social empobrecida. Com a Revolução Industrial, surgiu uma nova categoria de pobres: os deserdados do sistema.

A Revolução Industrial eclodiu na segunda metade do século XVIII e a partir desse momento a humanidade “rompeu os grilhões do poder produtivo” (HOBBSAWN,1977:44). O desenvolvimento da produção não se deu em um processo igualitário e, ao mesmo tempo em que aumentava a riqueza, também aumentava a miséria. Esse processo se deu primeiramente na Inglaterra e depois se espalhou por diversos países da Europa.

Com o capitalismo, surgiu uma nova forma de desenvolvimento econômico dos povos. A questão não se reduz à acumulação de riquezas. O capitalismo é uma nova forma de o homem se organizar como ser produtivo e há toda uma lógica interna que subverte o modo de se relacionar com as riquezas. Essas transformações econômicas foram acompanhadas por outras no campo político e religioso. A sociologia da religião procurará entender as transformações que estavam acontecendo no mundo religioso e o seu papel dentro da sociedade moderna.

Para analisar as transformações ocorridas, e as que estão ocorrendo no campo religioso se faz necessário caracterizar a religião antes do advento do capitalismo. Os sociólogos procurarão caracterizar essas religiosidades para poderem desenvolver a teoria sobre o que acontece com a religião quando há transformação econômica, ou em alguns casos o que muda na economia quando a religião muda.

Temos nos dois últimos séculos como reação as rápidas transformações que ocorreram no mundo um fenômeno novo no que diz respeito aos estudos da religião. Surgiram diversas perguntas com relação ao seu papel e ao seu significado. Para alguns estudiosos a religião foi analisada como algo que impedia o desenvolvimento dos povos, para outros ela tinha um papel fundamental dentro da sociedade e nas transformações que estavam ocorrendo. A sociologia da religião procurou entender este fenômeno que ainda hoje aparece como um grande enigma.

## *Sociedade pré-capitalista e vida religiosa*

As mudanças ocorridas na Europa Ocidental que acarretaram no surgimento do capitalismo foram precedidas por outras formas de organização da sociedade na qual a religião exercia uma função fundamental. A vida religiosa da sociedade antiga e feudal foi objeto de estudo de diversos pensadores sociais, pois se imaginava que só era possível entender a sociedade moderna através do estudo das transformações que ocorreram na história. Muitos desses pensadores imaginavam a sociedade como vivendo um processo de evolutivo e o estudo do passado era uma forma de se aprender as leis evolutivas no que se refere ao seu desenvolvimento.

Para o pensamento evolucionista a Europa Ocidental era o ápice da civilização e assim também a sua religião que era o cristianismo e em especial na vertente Protestante. O estudo comparativo das religiões foi o método utilizado para demonstrar o estágio em que cada religião se encontrava. O estudo de sociedades tradicionais (consideradas primitivas) era realizado como uma espécie de análise arqueológica em que ali se encontraria elementos que poderiam ser identificados como parte do passado evolutivo da sociedade europeia moderna.

A sociedade feudal era dividida em estamentos. Na base dessa sociedade encontramos o camponês. A religiosidade camponesa estava fortemente vinculada à natureza e assim era pouco suscetível de racionalização. Para Max Weber a religião camponesa era uma religiosidade mágica e pragmática:

Quanto mais o desenvolvimento de uma cultura se orienta pelo mundo dos camponeses – Roma no ocidente, a Índia, na Ásia oriental, o Egito, no Oriente próximo – tanto mais precisamente esse elemento populacional pesa no prato da balança do tradicional e tanto mais carece a religiosidade pelo menos a popular, de uma racionalização ética. Também no desenvolvimento posterior das religiões judaica e cristã, os camponeses não aparecem como portadores de movimentos éticos racionais, ou o fazem de modo diretamente negativo (como no judaísmo), ou (como no cristianismo) só excepcionalmente, e então em forma comunista revolucionária. (WEBER, 2004: 321)

A visão moderna do camponês como o tipo específico de homem religioso não era compartilhada no período medieval. O homem do campo era o pagão. Mas não era somente no cristianismo que havia uma desconfiança com relação a religiosidade camponesa, também encontramos a mesma avaliação negativa da religiosidade campesina em outras formas religiosas.

Outro estamento dentro da sociedade feudal era a nobreza guerreira. A religiosidade desenvolvida nessa camada da população é compatível com a religiosidade

profética (WEBER, 2004:324). Isto se deve ao sentimento guerreiro de combater pela fé. O conceito de guerra santa, isto é travada em nome de uma divindade, não é um absurdo ou um sacrilégio, ao contrário é algo desejável e heróico. Esta forma de religiosidade guerreira se encontrou também entre os guerreiros no islamismo, entre os Sikhs na Índia e entre os monges budistas guerreiros no Japão.

Foi na cidade medieval que se encontrou um desenvolvimento religioso de caráter ético. Na Idade Média a cidade era o centro da devoção em oposição ao campo. Isto aconteceu devido a expansão do cristianismo nos centros urbanos primeiramente. E foi o desenvolvimento dos centros urbanos que possibilitou a formação de uma religiosidade do tipo “congregacional”, pois na cidade os vínculos tribais e clânicos adquiriam uma importância cada vez menor.

Devido ao movimento de emancipação das comunas que acabou se formando burguesias na Europa. Foi na Itália primeiramente que floresceu diversas cidades emancipadas do poder feudal, mas o fenômeno se estendeu por diversas cidades portuárias e depois outras que se tornaram centros comerciais. A autonomia política dessas cidades exerceu papel fundamental na formação de uma religiosidade independente do modelo feudal. Foi nessas cidades que se desenvolveu um tipo de religiosidade de relações comunitárias livremente criadas.

O movimento que levou a emancipação da cidade foi além e possibilitou a emancipação do homem ligado a terra como era próprio do regime feudal. Marx assinala que um dos pressupostos do trabalho assalariado e uma das condições históricas do capital é o trabalho livre que só era possível se o trabalhador estivesse livre dos vínculos feudais. (MARX, 1981: 65).

A religiosidade feudal ligada ao cristianismo medieval identificava-se com uma estrutura político-religiosa que se ordenava em grupos sociais avessos a mudanças cuja base econômica era a terra e a produção artesanal. Esse tipo de organização social era propício para uma prática comunitarista. A “comunidade” abarca uma série de relações em que se configura um alto grau de compromissos morais e de coesão social. Nessa sociedade o tempo era lento, sem grandes mudanças em que a religião constituía o centro do pensamento.

A religiosidade na Idade Média tinha uma grande instituição – a Igreja - que determinava de certa forma a constituição do que era sagrado. O processo de centralização de poder no Bispo de Roma constitui-se uma forma de controle da religiosidade. As lutas religiosas que aconteceram no final da Idade Média do qual o principal exemplo foi a Reforma Protestante era um modo de libertação desse centro do

poder.

### *Transformações econômicas e mudanças na vida religiosa*

As transformações econômicas e sociais que se iniciaram no final da Idade Média já estavam praticamente consolidadas na segunda metade do século XVIII no Noroeste da Europa. Encontramos os seguintes elementos nessa região:

- As mercadorias européias eram comercializadas em todo mundo;
- Formou-se uma classe de empresários privados;
- Houve uma proteção estatal na Inglaterra ao empresariado disposto a conquistar mercados;
- A tecnologia sofreu uma intensa evolução;
- Cresceu uma ideologia de progresso individualista, secularista e racionalista.

Fora dessa região da Europa às demais regiões eram menos povoadas e se caracterizavam por ser essencialmente rural. A riqueza era ainda patrimonialista, quem possuía mais terras era considerado como sendo possuidor de maior riqueza. Os proprietários de terra nessas regiões se constituíam na mais importante classe econômica. Do ponto de vista político os principais países eram dirigidos por monarquias absolutas, com exceção da Inglaterra que tinha feito a sua revolução política com um século de antecedência.

A revolução industrial ocorreu no final do século XVIII, mais precisamente de 1780 até 1840 com a implantação das ferrovias em toda a Europa. Foi nessas condições de inédito crescimento econômico que ocorreu algumas transformações sociais importantíssimas. A mais importante se deu no campo. No feudalismo o modo de produção se baseava no sistema de rodízio das culturas e nos contratos de servidão, havia uma terra comum aos camponeses.

A Inglaterra foi o primeiro país a romper com os sistemas de produção agrícola não comercial, diminuindo sensivelmente a cultura de subsistência e acabando com as terras comuns. A produção agrícola em larga escala, fez com que os camponeses desapropriados das suas terras se deslocassem para os centros industriais com o objetivo de procurar trabalho.

Ainda na Inglaterra a transformação na vida social e econômica com o fim do feudalismo foi acompanhada pela Revolução Política. A grande característica dessa

revolução política que ocorreu nesse país no século XVII foi a participação dos diversos agrupamentos religiosos que se constituíram devido ao movimento da Reforma Protestante. Na Inglaterra esses agrupamentos desenvolveram uma ideologia política e tiveram participação significativa no movimento que foi chamado de Revolução Puritana (1642-49).

A Reforma Protestante já havia se mostrado uma força de transformação com características políticas. Mas não era um movimento unitário. Além das três grandes forças reformadoras – o luteranismo, o calvinismo e o anglicanismo – vários outros pequenos movimentos reformistas se espalharam pela Europa. No geral, eram mais radicais<sup>1</sup> nas suas propostas. Eles foram diversos e menores na sua influência, a sociologia para poder analisá-los os agrupou em categorias embora reconhecendo que tiveram particularidades.

O pensador alemão Ernst Troeltsch (1960) tipificou esses movimentos como seitas, ressaltamos que o uso feito do termo por esse autor não tem objetivos pejorativos com essas religiosidades, mas quer ressaltar as novas maneiras iniciadas com a Reforma de adesão religiosa que se dava através de uma decisão consciente, diferente da Igreja em que a pessoa já nasce fazendo parte da mesma. As principais características das seitas eram:

- a formação de comunidades por meio de livre adesão, batizando apenas pessoas adultas;
- a disciplina eclesiástica com o objetivo da formação de uma igreja pura;
- a não-aceitação da doutrina dos sacramentos;
- a ênfase na formação de uma “comunidade de santos”.

Na prática, a santidade deveria se manifestar como um afastamento das coisas do mundo e por isso o desprezo dos radicais pelo Estado, as posições oficiais, a lei, a guerra. Para muitos, o sofrimento era tido como um modo de manifestar a sua fé religiosa. Viviam de forma comunitária, atendiam aos pobres e viviam do seu trabalho. Na busca de estabelecer padrões de vida comunitários, acabaram participando de movimentos revolucionários, pensando assim estabelecer o reino milenar de Cristo na terra.

Os agrupamentos religiosos acima citados foram perseguidos tanto pelos protestantes quanto pelos católicos e muitos acabaram emigrando e se refugiando em lugares onde havia relativa tolerância, como os Países Baixos e a Inglaterra, e

---

<sup>1</sup> Uso o termo radical para designar esses movimentos seguindo: LINDBERG, C. *As reformas na Europa*. São Leopoldo: Sinodal, 2001, p. 238.

posteriormente os Estados Unidos. Na Holanda e na Inglaterra, esses agrupamentos sofreram a influência dos calvinistas – vários conceitos calvinistas foram aceitos por alguns desses grupos, principalmente o conceito de *predestinação*. Na Inglaterra, o movimento da reforma radical adquiriu outra feição na mistura entre igrejas independentes e calvinismo, formando o movimento puritano.

A Inglaterra sofreu profundas transformações com o movimento conhecido como Revolução Puritana (1640-1660), composto por presbiterianos, setores da Igreja Anglicana, *levellers*, *diggers*, membros da Quinta Monarquia, Batistas, brownistas, quacres e outros agrupamentos. Em certa medida, os acontecimentos que levaram à Revolução Puritana e o seu desenvolvimento deram o tom do pensamento social dos agrupamentos dissidentes que povoaram as novas colônias inglesas.

Trevor-Hoper (1981) identificou três estrangeiros como filósofos da Revolução Puritana: Samuel Hartlib (polônes), John Dury(escocês) e Jan Amos Komensky (Comênio) (tcheco). O primeiro defendia a idéia de progresso, o segundo a idéia de unidade do movimento político e religioso levando a revolução para toda a Europa e Comênio, chamado também pai da pedagogia, pensou as mudanças acontecendo através da educação.

As idéias defendidas pelos puritanos foram introduzidas pelos colonos na América, pois nas colônias os diversos dissidentes da Igreja da Inglaterra encontraram espaço para fazer as suas experiências de uma sociedade-modelo. Um dado importante é que as colônias inglesas surgiram como iniciativas privadas. Segundo Johnson (2001), elas se constituíam como um contrato individual e coletivo a fim de fundar um Estado eclesiástico.

A trajetória dos colonos envolvidos no projeto de uma nação para a glória de Deus – o antigo sonho calvinista – levou a formulação de uma religiosidade civil que permeou o pensamento americano:

Algo, contudo, tinha de fornecer o mecanismo cultural por meio de que os milhões de imigrantes eram convertidos em americanos; e, acrescentou Spears, as escolas precisavam possuir alguma fundação espiritual. Assim como o Estado não era cristão, mas republicano, então o republicanismo deveria constituir-la. A solução era elegante, visto que, com efeito, a doutrina republicana era baseada na ética protestante e em seu consenso moral, o que as escolas já ensinavam – os dois conceitos eram ou ficaram interligados. Dessa forma, o modo de vida americano começou a servir de credo funcional das escolas públicas, sendo gradualmente aceito como a filosofia social da educação estatal do país, posição que ocupa até hoje. (JOHNSON, 2001: 526)

No continente europeu, a Revolução Industrial transformou o antigo regime, começando com a Inglaterra, que logo depois da restauração viveu a Revolução Gloriosa, com a limitação do poder real e a adoção do parlamentarismo. As conseqüências do

movimento foram além. Se na Inglaterra a contestação teve um viés religioso com a participação dos diversos agrupamentos originários da Reforma Protestante e que fizeram parte do “movimento puritano”, em outros países do continente, principalmente na França, a contestação da antiga ordem aconteceu através de uma posição anti-religiosa e anticlerical.

Devemos lembrar que houve um constante crescimento da massa trabalhadora na Europa desde o século XV. Eric Hobsbawm (1982:27) demonstrou que a população da Inglaterra e do País de Gales mais do que duplicou entre 1750 e 1840. O crescimento da produção agropecuária se deu por meio dos *enclosures*, o movimento de transformação das terras comunais e desocupadas em propriedade privada, geralmente com a expulsão do camponês. Juntamente com o crescimento da pobreza rural, ocorreu o crescimento da pobreza urbana.

Para essa população a religião oficial não trazia nenhuma resposta, antes disso, fazia parte do sistema de opressão. Hobsbawm descreveu como o sistema de taxas na Inglaterra, incluindo o imposto religioso (Dízimo), onerava o sitiante e era motivo de grande insatisfação das classes produtoras. A situação de pobreza era semelhante em quase toda a Europa. Na França, por meados do século XIX, a população pobre se contava aos milhões.

Aos quatro milhões (inclusive crianças, etc.) de pobres, vagabundos, criminosos e prostitutas oficiais com que conta a França, acrescentam-se cinco milhões que pairam a margem da existência e que vivem no próprio campo ou que desertam continuamente, com seus trapos e suas crianças, do campo para as cidades ou das cidades para o campo. [...] Além da hipoteca que o capital lhe impõe, a pequena propriedade está sobrecarregada pelo imposto. O imposto é a fonte de vida da burocracia, do exército, *dos padres* e da corte, em suma, de todo o aparelho do poder executivo.(MARX ,1984: 287)

Na descrição da situação da classe trabalhadora feita por Marx e Hobsbawm, temos, juntamente com a burguesia e o Estado, a igreja e o clero como elementos importantes da exploração dos trabalhadores e dos pobres.

E não somente na Europa os pobres cresciam: em outras partes do mundo se formava uma grande camada de trabalhadores empobrecidos pelo novo sistema de produção. No Brasil, no século XIX, além da escravidão dos negros também havia uma classe de trabalhadores rurais e urbanos empobrecidos.

Aturdidas pela nova realidade econômica, as religiões se viram como alvo de grande crítica juntamente com o próprio sistema capitalista principalmente o cristianismo. Essa crítica estava presente tanto na Revolução Francesa, em 1792, quanto pela revolução socialista na Rússia, em 1917. Contudo, só tardiamente as religiosidades se

posicionaram com relação a essas críticas, já em uma posição defensiva, quando o ataque acontecia por todos os lados.

O movimento iluminista atacou de forma contundente as bases intelectuais das religiões: os pressupostos de fé foram atacados. O que culminou com a mais importante de todas as críticas – a afirmação de que todas as Escrituras Sagradas são uma produção humana e que as revelações nada mais são do que antropologia:

*A religião é o sonho do espírito humano. Mas também no sonho não nos encontramos no nada ou no céu, mas sobre a terra – no reino da realidade, apenas não enxergamos os objetos reais à luz da realidade e da necessidade, mas no brilho arrebatador da imaginação e da arbitrariedade.*  
(FEUERBACH,1988:31)

A religião foi acusada de esconder a realidade. Escondendo a realidade, ela se tornou instrumento da opressão e do domínio dos povos. Assim, a crítica da religião era a mais primordial. Esse ataque extrapolou os meios intelectuais e se tornou um perigo real para as igrejas à medida que elas passaram a perder espaço em diversos países após a Revolução Francesa. Temos uma tendência geral de secularização na medida em que os ideais libertários da Revolução Francesa se tornaram mundiais. Posteriormente o mesmo ímpeto secularizante foi difundido com os ideais da revolução socialista na Rússia.

Essa inesperada secularização e a perda de espaços em que a religião atuava foram dramáticas na França revolucionária: o processo de descristianização levou à depredação de templos, à perseguição de clérigos e, em 1795, à separação formal entre Igreja e Estado. Os projetos secularizantes ocorreram em várias partes do mundo levando a um conflito constante entre estado e religião. No entanto, as religiosidades não ficaram alheias a todo esse processo.

## *Religião e classes sociais*

Na modernidade a religião começou a ser entendida como um fenômeno social e com os movimentos da Reforma Protestante as diversas religiosidades foram identificados com setores da sociedade. O exemplo clássico é a análise que Friedrich Engels faz das guerras camponesas da Alemanha, em que ele caracteriza os camponeses *Anabatistas* como revolucionários, os burgueses Luteranos como reformistas e a Aristocracia Feudal católica representando o campo conservador.

Foi com Saint-Simon que se iniciou a pensar a sociedade moderna dividida em classes sociais diferentes daquelas vigentes no regime feudal. A decadência do feudalismo propiciou a formação de uma nova classe social que se desenvolveu de comunas urbanas livres chamadas por ele de *industriais*. Saint-Simon identificava os industriais e os trabalhadores como sendo parte das classes produtoras, em contraste com a classe dos parasitas, que eram aqueles que exerciam funções *não produtivas* como os aristocratas e o clero.

A explicação da nova sociedade industrial foi que levou a formação de uma teoria das classes sociais por Karl Marx que constituía o núcleo da sua explicação sobre o funcionamento do sistema capitalista. No pensamento de Marx as classes sociais estão em conflito. Com o advento do capitalismo um novo sistema de classes se estabeleceu baseado na manufatura e centrado nas cidades. (GIDDENS,1975:29).

Para Marx a *classe* não é um grupo definido pelos rendimentos. *Classe* é um aspecto das relações de produção. No modelo de Marx as classes sociais existem no antagonismo entre classe dominante e classe dominada. Para ele os capitalistas só constituem uma classe na medida em que entram em luta contra outra classe. Na sociedade capitalista houve uma tendência de simplificação das classes sociais que se encontram em oposição direta: a burguesia e o proletariado.

Max Weber fez a distinção entre classe, status e partido. Ele trabalhou com uma concepção pluralista de classes sociais: fez uma distinção entre *classes proprietárias* e *classes de aquisição*. Também a classe de não proprietários se constitui de uma série de classes intermediárias, formando vários tipos de *classe média*.

Para Weber as filiações de status advêm de uma situação que não são construídas sobre o critério de mercado. A classe é uma expressão das relações de mercado, por sua vez o status é a relação envolvida no consumo e retrata um estilo de vida. Nesse caso o status se apresenta como um modo concorrente de formação de grupos dentro da sociedade. Já o partido está orientado para a aquisição ou a manutenção da liderança

política e representa uma forma de organização social que visa a distribuição de poder.

Weber analisou que as religiões estão ligadas aos agrupamentos de classe ou de status. Ele construiu uma tipologia ligando as classes sociais e a prática econômica:

- O Confucionismo refletia uma ética de homens que viviam de rendas, donos de uma cultura literária impregnada de racionalismo.
- O hinduísmo estava vinculado a uma casta hereditária de letrados: os brâmanes, que constituíam os representantes da tradição.
- O budismo foi propagado por monges mendicantes e itinerantes, resolutamente contemplativos e desprezadores do mundo, somente eles é que eram os verdadeiros membros da comunidade os outros eram leigos, gente inferior no sentido religioso.
- O islã era a religião dos guerreiros conquistadores, uma ordem de cavaleiros cruzados, disciplinados. Depois apareceu o sufismo mais contemplativo e místico.
- O judaísmo depois do exílio foi a religião de um “povo de párias” burgueses, a partir da idade média o judaísmo passou a ser dirigida por uma *intelligentzia* de pequenos-burgueses racionalistas em constante proletarização.
- O cristianismo começou sua carreira como doutrina de artesãos itinerantes, sendo uma religião especificamente urbana e antes de tudo burguesa.

O historiador inglês Edward Thompson no seu estudo sobre *A Formação da Classe Operária Inglesa* (1987) demonstrou a importância da religiosidade na formação da consciência da classe trabalhadora. Partindo de uma idéia marxista de classe ele analisou a formação da classe operária inglesa.

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. [...] A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais. (THOMPSON, 1987, vol. 1:10)

Na análise de Thompson não podemos ligar diretamente uma religião a uma determinada classe, mas não podemos desprezar os aspectos religiosos na formação da consciência de classe. Movimentos religiosos como o puritanismo e o metodismo auxiliaram no processo de formação da consciência da classe operária inglesa.

Mais recentemente outros estudiosos procuraram fazer a ligação entre classes sociais e religiosidade como os estudos de Richard Niebuhr (1992) sobre *As origens sociais das denominações cristãs* analisando a formação das denominações protestantes

nos Estados Unidos. Também temos os estudos realizados por Cavalcanti (1998) sobre o fundamentalismo americano que para ele estão ligados as classes baixas dessa nação.

No Brasil os estudos sobre a composição social das religiosidades ainda está iniciando. Por cerca de quinhentos anos a identidade religiosa esteve ligada ao cristianismo católico e só nos últimos 150 anos começou a se estabelecer uma diversidade. No censo 2000 se percebeu que apesar da hegemonia católica se constatou uma pluralidade religiosa principalmente nos grandes centros.

As mudanças religiosas que ocorreram no mundo por causa do capitalismo propiciaram a formação de uma sociedade culturalmente diversificada o que trouxe uma série de questões sobre a função da religião, a sua relação com a sociedade e se ela se constitui como um fenômeno que impede ou ajuda a mudança. Os pensadores sociais que começaram a analisar o mundo moderno tiveram na religião um dos principais temas para a sua teoria de sociedade.

## Conclusão

Vimos que na idade média a religião tinha uma grande instituição que era a Igreja Católica que exercia uma função hegemônica na vida religiosa da população da Europa Ocidental. As transformações econômicas advindas com a revolução industrial quebraram essa hegemonia através do movimento da Reforma Protestante e das revoluções políticas que aconteceram no continente.

Temos então a formação de um mundo cada vez mais plural em que a religião começa a perder a sua hegemonia como elemento estruturador da sociedade. Essa perda de espaço não fica sem reação e as religiosidades no ocidente passam por um processo de transformação em que elas intensificaram as suas ações no sentido de reconquista de espaço.

As novas classes sociais produziram novas religiosidades para atender as suas necessidades. Os estudos sobre religião começam a fazer a relação entre religiosidades e classes sociais, procurando demonstrar como a religião está intimamente ligada a determinados agrupamentos ou sociedades.